



RESOLUÇÃO CREMERS Nº 05/2006

Ementa: Dispõe sobre o ingresso de médicos em instituições públicas e privadas de atenção à saúde.

O *Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul*, no uso de suas atribuições, que são conferidas pela Lei 3.268, de 30 de setembro de 1.957, regulamentada pelo Decreto 44.045, de 19 de julho de 1.958, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução CFM nº 1.246/88, principalmente nos incisos II, III, IV, V e VI do preâmbulo e artigos 4º, 17, 19, 30, 38 e 142 do Código de Ética Médica;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução CFM nº 1.342/91, que regula as atribuições e responsabilidades do Diretor Técnico e do Diretor Clínico;

CONSIDERANDO a necessidade de prevenir a prática de exercício ilegal da profissão médica no Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO a prática de crimes de estelionato, de falsidade ideológica e de periclitação de vida por parte de pessoas que se intitulam médicos, usando o número de inscrição e o nome dos médicos habilitados neste Regional e, finalmente,

CONSIDERANDO o decidido na Sessão Plenária de 09 de maio de 2006:

RESOLVE:

Artigo 1º - O ingresso de médicos em instituições públicas ou privadas de atenção à saúde deverá ser precedido de cuidadosa verificação da habilitação legal do profissional no Estado, bem como de sua perfeita identificação pessoal;





Artigo 2º - As instituições e as empresas tomadoras de serviços médicos deverão manter o cadastro de todos os profissionais em atividade e somente permitir que pratiquem

procedimentos após a confirmação inequívoca da habilitação legal de cada um.

Artigo 3º - Ocorrendo a suspeita ou a efetiva verificação de exercício ilegal da Medicina,

compete às instituições e às empresas tomadoras de serviços médicos, independentemente

de outras medidas pertinentes, comunicar o fato, de imediato, ao CREMERS, instruindo a

representação com os documentos de prova ou de indícios;

Parágrafo Único – Havendo dúvida, deverá ser consultado o Cremers.

Artigo 4º - É de responsabilidade solidária dos Responsáveis Técnicos, dos Diretores

Técnicos e Diretores Clínicos das instituições e das tomadoras de serviços, a observância

rigorosa das disposições contidas na presente Resolução;

Artigo 5º - Às Comissões de Ética Médica das instituições de saúde compete fiscalizar o

cumprimento das disposições desta Resolução, e representar perante o CREMERS quando

necessário;

Artigo 6º - Os Responsáveis Técnicos, os Diretores Técnicos e os Diretores Clínicos deverão

promover a completa atualização de seus cadastros de médicos no prazo de 90 (noventa)

dias, a contar da vigência da presente Resolução.

Artigo 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as

disposições em contrário.

Porto Alegre, 09 de maio de 2006.





Dr. Luiz Augusto Pereira Presidente

Dr. Joaquim José Xavier Primeiro-Secretário